

Divulgação: Thérèse Hofmann



Prof.ª. Dr.ª. Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa

Thérèse Hofmann Gatti Rodrigues da Costa é licenciada em Educação Artística, mestre em Arte e doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Professora do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade de Brasília desde 1991. É coordenadora dos Projetos Escola do Trabalhador (capacitação EAD 2017-2019) e Escola para Cidadania, iniciado em 2019. Suas linhas de pesquisas são: Metodologias; Educação e Materiais em Artes Visuais; Políticas Públicas e Inovação; Ensino a Distância; e Inclusão Social. É membro do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília e membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES/MEC). Líder dos grupos de pesquisa: Desenvolvimento Metodológico e Capacitação para governança e gestão pública da empregabilidade no Brasil - Programa de Empregabilidade: Qualifica Brasil, certificado pelo CNPq desde 2017; e Metodologias, Educação e Materiais em Artes Visuais (MEMAV-UnB), certificado pelo CNPq desde 2018.

O ensino das artes no Brasil: políticas, organização curricular e estratégias pedagógicas

RCC: O ensino das Artes no Brasil vivenciou avanços ganhando maior centralidade na agenda pública da educação. Entretanto, um dos desafios do campo ainda é sua consolidação como item relevante na formação dos estudantes brasileiros, assim como na preservação e na transformação das condições sociais existentes. Neste sentido, a relação com o mundo do trabalho tem sido uma demanda latente e estaria entre os pontos nevrálgicos de influência sobre as idas e vindas do ensino das Artes no currículo da educação básica. Como você descreveria a trajetória desse componente curricular na educação brasileira e quais os possíveis impactos dos atuais documentos institucionais como a BNCC e a nova estrutura do Ensino Médio?

Thérèse Hofmann Gatti: No Brasil, assim como no resto do mundo, a educação é focada na Matemática (ciências) e na Língua Portuguesa (língua materna). Como já dizia Sir Ken Robinson¹ em sua renomada palestra no programa *TED Talks*: “a educação no mundo inteiro privilegia a matemática (e ciências) e a língua do país primeiro, deixando por último a Arte. E também entre as linguagens da Arte há uma hierarquia, primeiro vêm as artes visuais e a música e depois o teatro e a dança”. Há, obviamente, diferenças sociais e culturais entre os países, diferenças essas que se refletem em uma maior ou menor valorização da Arte e suas linguagens. No caso do Brasil, especificamente, não conseguiremos estabelecer um fluxo de formação completa para nossas crianças e adolescentes enquanto certas concepções antiquadas continuarem tendo uma forte presença no imaginário coletivo de nossa sociedade – como, por exemplo, ideias de que arte “não é profissão”; “não é relevante para a formação cidadã”; “não tem conteúdo próprio e importância”; “não pode reprovar”; “não pode ter prova”; “é aula de lazer” (no sentido pejorativo do ócio e não do lazer/fazer criativo), etc. Cabe a todos nós, docentes do componente curricular Arte, mostrarmos reiteradamente o papel e a função da Arte na formação completa dos nossos estudantes, e no fortalecimento da nossa diversidade cultural neste país continental. Assim como Sir Ken Robinson defendia, acreditamos que a criatividade deva ser

estimulada no processo educacional. O desenvolvimento do “letramento” da criatividade é próprio da Arte e suas linguagens. Ana Mae Barbosa, nosso grande referencial do ensino de Arte, por sua vez, ressalta: “A arte é sempre o meio-termo, o vínculo entre brincadeira e trabalho, entre lazer e indústria. Até mesmo Aristóteles admitiu que não era tanto o que se fazia, mas com qual espírito era feito, que tornava alguém livre ou servil. [...] A arte, em uma palavra, é a indústria extraordinariamente consciente do seu próprio significado – adequadamente consciente, tanto emocional quanto intelectualmente.” (BARBOSA, 2015, p. 33-34). É neste contexto de reflexão que acredito que a BNCC pode fazer diferença para a geração atual. O Brasil participa do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), desde o seu início em 2000. O PISA tem avaliação trienal e foca em três áreas cognitivas – Leitura, Matemática e Ciências. Para além do conhecimento nestas áreas o PISA tem avaliado a extrapolação da aplicação criativa deste conhecimento. É neste sentido que acredito que o Novo Ensino Médio, com a proposta dos itinerários formativos, disciplinas eletivas, incremento da interdisciplinaridade e a abordagem STEAM², possa fazer diferença nos índices de evasão e abandono escolar dos nossos jovens e despertar interesse para aprender a aprender. Mas cabe a cada profissional envolvido no sistema educacional estar aberto às mudanças de paradigmas e isento de preconceitos, para podermos, de fato, explorar o potencial proposto pela BNCC. Os entraves e problemas são inúmeros. Ainda mais considerando a ocorrência de uma pandemia no meio da implementação do novo ensino médio. Eu sinceramente defendo que deva ser dada uma chance à BNCC, mesmo porque a própria implantação prevê um momento de reavaliação e aprimoramento, e o percurso trilhado até aqui nos mostra, por meio de avaliações do SAEB³, o baixo desenvolvimento educacional e forte evasão dos estudantes do sistema. Apesar de termos obviamente exemplos de ações exitosas em diversas escolas, os dados nos mostram que, de modo geral, o sistema educacional já não atendia mais aos anseios da nossa juventude.

RCC: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desde a consulta pública realizada em 2015, tem sido um dos temas mais discutidos nos últimos anos por diversos segmentos educacionais, principalmente por professores, educadores e estudantes. O documento preliminar da BNCC, quando disponibilizado pelo MEC à sociedade pela internet, recebeu mais de doze milhões de contribuições, após seis meses de discussões, evidenciando um feito histórico em termos de participação da população e da sociedade civil. A Universidade de Brasília (cuja equipe você integrou) e a Universidade Federal de Juiz de Fora se responsabilizaram pelo trabalho de análise das contribuições submetidas para a BNCC em formato digital, com foco nas sugestões que tratavam das três etapas da Educação Básica e de seus respectivos componentes curriculares. Como foi gerenciado o trabalho de análises e a organização para a segunda versão da BNCC?

Thérèse: Entre 2013 e 2016, eu exerci a função de Decana de Extensão da Universidade de Brasília (UnB). Durante esse período, a universidade foi procurada pelo Ministério da

Educação (MEC) para auxiliar no processo de consulta pública da BNCC, assim como para organizar as reuniões estaduais de discussões e capacitação. Fui designada pelo então reitor, Prof. Ivan Camargo, para organizar e coordenar este trabalho de extensão e pesquisa. Nessa oportunidade, realizamos para o MEC, em parceria com a UFMG, UFJF e colegas da PUC Rio, uma consulta pública do portal da BNCC, a sistematização das contribuições, a apresentação da segunda versão da Base e os seminários estaduais para a discussão da segunda versão. Foi um trabalho muito rico e de muito aprendizado. Desenvolvemos, à época, junto com os colegas do DATAUnB, um sistema de tabulação das respostas, categorizando-as de acordo com os comentários recebidos: 1) Não válido/em branco; 2) Não há edição no objetivo original; 3) Acréscimo de poucas palavras; 4) Comentários sem trocas propostas; 5) Troca de ano/etapa; 6) Alteração Substancial. Coordenamos toda a logística para a realização dos seminários estaduais e do Distrito Federal para as discussões da Base. Tive a oportunidade de estar presente nas discussões dos seminários de Brasília e de Manaus, onde pude conhecer um pouco da realidade educacional do Estado do Amazonas, tão díspar da realidade de Brasília. Mesmo com as diversas mudanças de ministros da educação, ainda no próprio governo Dilma Rousseff, seguimos com a programação e entregamos o resultado das análises e das discussões nos seminários estaduais ao MEC, referentes à consulta pública da primeira versão e a sistematização da segunda versão da BNCC, que foi encaminhada ao CNE.

RCC: O processo de elaboração da BNCC visou, sobretudo, um ensino mais inclusivo e democrático, através do fortalecimento de uma base curricular equitativa, em que os estudantes – do norte ao sul do país – pudessem aprender conteúdos organizados em um tronco comum. Entretanto, uma das críticas à BNCC é o fato de que a Base estaria mais propensa a atender as demandas das avaliações em larga escala, levando os gestores educacionais a priorizar o chamado “núcleo duro” da formação dos estudantes, em detrimento de outros componentes curriculares. No caso do ensino das Artes, segundo os críticos da BNCC, isto colocaria em xeque a garantia da diversidade dos saberes e o fortalecimento das diferentes identidades e manifestações culturais. Como você avalia estas questões? A BNCC tem as condições de assegurar que uma diversidade significativa de saberes seja contemplada no processo de ensino e aprendizagem?

Thérèse: Qualquer proposta curricular depende do entendimento, apropriação e aplicação por parte dos professores e gestores. Nenhuma proposta de mudança de paradigma funciona só por ter sido votada no congresso e estabelecida em lei ou em normas do Conselho Federal de Educação. Eu acredito no potencial da BNCC, mas sei que ela traz muitas mudanças no que já é estabelecido e está acomodado. E isso incomoda muito. O novo incomoda. O diferente incomoda. O desconhecido incomoda. Então, às vezes é mais fácil falar que não funciona do que dar uma chance para o novo. Pois vemos efetivamente que as avaliações do SAEB apontavam para o baixo desenvolvimento na formação dos nossos estudantes. Sabemos que o Brasil participa, desde a implantação em 2000, da avaliação internacional do PISA. E, como já dito, a educação no mundo inteiro é voltada para proficiência na língua materna, matemática

e ciências. Mas também é preciso frisar que estamos em uma completa revolução de paradigmas no mundo inteiro. Há estudos que sugerem que muitas das profissões que conhecemos hoje não mais existirão em um futuro próximo. E o que teremos a oferecer de expectativas a nossos jovens? Este mundo novo e desconhecido precisa de jovens abertos a experimentações, ávidos de querer desbravar, com autoestima elevada, sem medo de fracassar, e dispostos a aprender a aprender. Assim, acredito que o maior desafio dos professores é não ter a fórmula pronta que mostre este futuro. Não sabemos os desdobramentos de tantas revoluções de tecnologias digitais. Acredito que o novo paradigma da BNCC seja o enfoque na aprendizagem significativa dos estudantes. O papel do professor também mudou, e vimos isso nestes dois anos de pandemia. A função dos docentes, acredito, seja cada vez mais apontar caminhos e possibilidades que estimulem os potenciais, promovam a criatividade e fomentem o interesse na aprendizagem. Devemos mostrar que errar é um processo normal dentro da aprendizagem, dando condições para os estudantes desenvolverem mais a resiliência e elevarem a autoestima. Novas conexões são necessárias e as novas metodologias de aprendizagem mostram possibilidades interessantes. Estimular o entrosamento do conhecimento, procurando por linhas de conexão entre os saberes. Cada vez mais as fronteiras entre as áreas de conhecimento ficarão mais tênues. E o desenvolvimento pleno do ser passa pela capacidade de ver e enxergar, ouvir e escutar, saber se expressar corporalmente e emocionalmente, capacidades estas desenvolvidas pelas metodologias próprias do componente curricular Arte.

RCC: Assim como a BNCC, o Currículo em Movimento (2014) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal visa ampliar a capacidade dos estudantes de interpretação e de intervenção crítica na realidade. Quais aspectos você considera essenciais em termos de implementação destas políticas para que este propósito se consolide? Além disso, considerando os avanços tecnológicos no campo da educação, que mudanças você acredita que precisam acontecer na estrutura, processos técnicos e estratégias pedagógicas das escolas para que esse fim seja atendido?

Thérèse: Um apontamento, a BNCC não é currículo. O Governo do Distrito Federal (GDF) desenvolveu seu currículo à luz da BNCC, assim como os demais estados da Federação. A BNCC traz um pacto federativo de corresponsabilidade entre os entes federados. A questão básica é propiciar a equidade entre as diversas regiões do Brasil, permitindo efetivamente um acompanhamento no desenvolvimento dos nossos estudantes.

É importante entendermos que a previsão de termos uma Base Comum vem da constituição cidadã de 1988. E a proposta da BNCC não é a de uma política engessada, tanto que está prevista a sua avaliação. Como vimos nos dois últimos anos em função da pandemia, vários processos de ensino e aprendizagem tiveram que ser implementados da noite para o dia por conta do estabelecimento dos *lockdowns*. Como isso se refletirá na educação nacional ainda não sabemos. Mas acredito que tenhamos que trilhar paralelamente este resgate ao processo de aprendizagem nesta retomada das aulas presenciais sem perder os desafios e aprendizagens que alcançamos no modelo híbrido e nas aulas remotas. Muitos professores se reinventaram nestes dois últimos anos. Há discrepâncias enormes entre nossas escolas, desde recursos humanos (gestores e educadores), condições prediais com as devidas e adequadas instalações de todos os espaços necessários para a formação dos nossos alunos (bibliotecas, quadras esportivas, salas de artes, laboratório de informática, etc.), até a necessidade de novos concursos públicos. A implementação do Novo Ensino Médio durante a pandemia trouxe também desafios na capacitação dos professores e na sua devida alocação nas escolas que foram piloto. Acredito que a Universidade de Brasília deva ser cada vez mais parceira neste processo, como foi na pandemia, com a proposta de atividade conjunta dos Decanatos de Graduação e de Extensão em cursos de formação para professores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). A professora Tatiana Fernandez e eu encabeçamos um destes projetos para professores do GDF, com o propósito de discutir e implementar disciplinas eletivas no Novo Ensino Médio. Apresentamos o projeto “Criação e produção de objetos e eventos de aprendizagem para metodologias ativas, STEAM e baseadas em arte” e o curso: “Objetos e eventos de aprendizagem para metodologias STEAM, ativas e baseadas em arte”, nos quais tivemos, ao longo de três meses, professores da SEEDF de diferentes áreas do conhecimento, discutindo e trabalhando conosco sobre os aspectos do Novo Ensino Médio. O resultado foi extremamente gratificante, pois tivemos na turma professores muito engajados e que mostraram efetivamente como é possível sair do preestabelecido, abraçando o desafio de possibilitar aos nossos estudantes um novo paradigma. Acredito que, se realmente defendemos que o caminho é a educação, cabe a cada um de nós ter disponibilidade para superar os desafios e adversidades e trabalharmos em conjunto para propiciar aos nossos estudantes este caminho que trilhamos e tivemos sucesso ao escolhê-lo. Eu escolhi a Arte como profissão e me sinto extremamente realizada sendo professora de Artes Visuais. ■

Notas

¹ Sir Ken Robinson se tornou um líder global amplamente reconhecido nos esforços para **transformar a educação**. Era professor emérito da Universidade de Warwick, na Grã-Bretanha, e o conselheiro preferido de muitos governos, empresas, sistemas de educação e organizações culturais de ponta, inclusive condecorado pela rainha Elizabeth II. Faleceu em 21 de agosto de 2020. Deixou farto material bibliográfico, vídeos e podcasts refletindo sobre criatividade e educação.

² STEAM sigla em inglês para Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática. Trata-se de uma abordagem que propõe integrar todas as áreas de conhecimento para potencializar as experiências de aprendizagem dos estudantes.

³ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Trata-se de um conjunto de sistemas de avaliação do ensino brasileiro, desenvolvido e gerenciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. **John Dewey e o ensino da arte no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

ROBINSON, Ken. **Palestra proferida no TED Taks**, Monterey (Califórnia), fev. 2006. Disponível em: http://www.ted.com/talks/ken_robinson_says_schools_kill_creativity.html. Acesso: 11/11/2021.

TORRE, Luisa. **Veja as profissões do futuro e aquelas que vão deixar de existir**. Gazeta Online. 17/09/2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2017/09/veja-as-profissoes-do-futuro-e-aquelas-que-vao-deixar-de-existir-1014100279.html>. Acesso em: 11/11/2021.